



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
ANO III · No. 31 · 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 1992 · Cr\$ 400,00

## Reforma Ministerial

Collor mantém a política de fome  
e miséria

Que a CUT rompa com a paralisia  
e chame as massas à luta  
nacional

## Não à condenação

A Justiça Burguesa está  
prestes a condenar Boni,  
Romildo e Tonhão pelo  
fato destes defenderem  
os sem-teto do Gazuzá,  
Vila Socialista, Morro  
do Samba, etc.

Defendamos os lutadores  
da classe operária contra  
a sanha da burguesia.

Construamos os comitês  
de luta

## Contra a traição, sair à luta

A burocracia sindical dos  
metalúrgicos sentou à mesa  
do governo e das  
multinacionais montadoras  
para selar um acordo, que  
acaba por renunciar à  
campanha salarial e a  
admitir o arrocho.

Companheiro metalúrgico,  
não aceitemos a traição.  
Organizemos uma grande  
campanha de massas contra  
o desemprego e os baixos  
salários

**Teoria Marxista do Partido**  
**Sobre o centralismo democrático**  
**A elaboração coletiva**

O partido revolucionário é um instrumento para a ação do proletariado na sua luta de classe contra a burguesia. Com seu programa e consignas procura criar as condições para a tomada do poder do Estado pelas massas. Para se construir essa ferramenta e torná-la em meio para a revolução, a sua forma de organização e funcionamento interna é fundamental. "Por sua estrutura celular e por seu programa, o partido revolucionário só pode funcionar se está organizado em torno desse eixo fundamental que é o centralismo democrático". (Guilherme Lora)

Este regime de funcionamento do partido permite combinar a centralização de toda estrutura partidária para a ação comum do conjunto de militância com a mais ampla democracia interna, que significa elaboração coletiva da linha programática e direito de divergência. Sem a formulação de conjunto das idéias políticas, num quadro de livre manifestação das divergências, não poderá haver uma consciente ação unitária no interior da luta de classes. "A degenerescência do partido e sua burocratização começam quando se impõe uma severa divisão do trabalho, geralmente desde cima, entre dirigente dedicados a pensar, a realizar trabalho de escritório, a elaborar desde o alto a linha política, e aqueles condenados a obedecer pelo resto de seus dias, a realizar trabalhos

materiais. Por esse caminho a organização partidária concluirá estrangulada por uma camarilha privilegiada, para a qual não conta a vontade nem o pensamento da base. A rede celular se transforma em um corpo de autômato destinado unicamente a cumprir as ordens que dão os dirigentes; nesse caso o centralismo democrático desembocará no centralismo burocrático, vai se degenerar, é o que ocorre com os partidos estalinistas.

"Se o centralismo se refere à linha política unitária no exterior, a democracia é unicamente interna, isto é, nos marcos das células e da elaboração da linha política. A democracia interna deve ser a mais ampla possível a fim de não estrangular o direito do revolucionário profissional pensar e divergir, a democracia se converte em alavanca de formação do militante. Se realmente se toma a sério o princípio de que não há divisão de trabalho entre dirigentes e dirigidos, o dirigente será realmente a expressão de toda organização do trabalho coletivo do partido. Em nenhum caso o militante deve degradar-se à condição de instrumento manejado pelo dirigente ou dirigentes" (Guilherme Lora, Teoria Marxista do Partido Político).

Como vemos, um dos fatores essenciais do partido é a construção coletiva da linha e sua aplicação de conjunto.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**  
**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO**  
**E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No 01171 · CEP 01057 · SÃO PAULO · SP

## O GOVERNO CORRUPTO SE REESTRUTURA CONTRA AS MASSAS

A renúncia coletiva de uma parte do corpo ministerial, numa situação de crescente onda de corrupção, expõe a decomposição do governo Collor. A reforma ministerial já vinha sendo trabalhada nos bastidores, uma vez que o governo necessitava de maior apoio da oposição burguesa e mesmo de setores da situação (PFL). A idéia de ampliar a composição do poder central com a incorporação do PSDB, PDT e parte do PMDB já havia sido colocada há alguns meses atrás com a primeira reformulação, que incorporou fisicamente o PFL no Executivo.

O isolamento de Collor perante os partidos da burguesia era e é um bloqueio para movimentar o conjunto de medidas antinacionais e antipopulares, impostas pelas potências imperialistas. O que se colocou em questão foi a capacidade do governo pró-imperialista de manter a centralização das forças burguesas no poder do Estado, num processo de intensa luta interburguesa, motivada pela quebra econômica do país.

A campanha aberta por uma fração do grande capital, sediada em São Paulo, contra a chamada República das Alagoas objetivou derrubar a estrutura política inicial baseada nos interesses das oligarquias regionais nordestinas. A eleição de Collor foi uma imposição de circunstâncias, em que o grande capital não teve como decidir sobre ela em virtude da desintegração dos partidos burgueses democratizantes, como o PMDB e seus derivados. A sua chegada ao comando estatal se deu num quadro de crise de poder, que ultrapassava os limites do governo Sarney e refletia a impotência da burguesia nacional frente aos golpes da crise estrutural do capitalismo mundial e à investida brutal das pressões do imperialismo.

Embora a ação governamental tenha avançado alguns passos na linha do entreguismo (desestatização, abertura do mercado, etc) e descarregado a crise sobre as massas, contando com o apoio do sindicalismo direitista (FS) e

capitulação do sindicalismo reformista (Articulação CUT), os resultados não foram suficientes para o imperialismo. Por outro lado, a recessão e as quebraadeiras começam a atingir interesses dos capitalistas nacionais.

A ameaça de uma explosão social, que coloque a luta de classes num outro patamar está presente, dependendo do rompimento das massas com o freio da frente burocrática CUT-CGT-FS de Entendimento Nacional. Nestas circunstâncias, o governo Collor não poderia e não pode manter sua gestão reacionária sem a conivência dos partidos da oposição e redução dos choques interburgueses no aparelho estatal.

As primeiras denúncias de corrupção envolvendo sua própria mulher, vinculada à LBA, logo minaram a República das Alagoas. Tornou-se impossível a Collor bloquear a onda de escândalos, que acabou atingindo o ministro da Justiça, o chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma e apaniguados como Pedro Paulo Leoni Ramos, vinculado ao antigo SNI e chefe da quadrilha da Petrobrás.

A reforma ministerial, planejada a conta-gotas, veio abruptamente com

o desabamento do governo minado pela corrupção. Procura-se articular um ministério de sustentação para a continuidade da política econômica ditada pelos interesses do imperialismo e seus associados nacionais. Os partidos da oposição burguesa e o progresso do reformismo petista, cuja força está no controle da CUT, estão obrigados a manter o governo corrupto e antipopular em função da natureza da crise do poder do Estado.

Embora a derrocada ministerial tenha sido provocada pela própria luta interburguesa, que se utilizou das denúncias de corrupção, ampla em qualquer governo burguês, o foco do problema está em se evitar a intervenção revolucionária dos oprimidos, que carregam sobre os ombros a burguesia nacional e estrangeira decadentes. O dique da burocracia sindical pode ser rompido com a expansão do desemprego e da miséria. A reforma ministerial procurará fortalecer a ditadura do capital contra as massas. A resposta proletária é a de derrubada do governo vendido e corrupto, do governo antinacional e antipopular e pela defesa da vida das massas.

### Assegurada a Linha Pró-imperialista

Logo após a renúncia coletiva, o ministro da economia Marcílio Marques Moreira foi aplaudido por representantes das multinacionais de vários países, pelo fato de se manter no cargo. Para o imperialismo, a manutenção da política econômica neoliberal, que favorece os grandes interesses capitalistas internacionais, é uma exigência. Marcílio substituiu Zélia Cardoso justamente por se constituir num homem da confiança do FMI e do governo norte-americano. O reatamento das negociações da dívida externa (a aceitação das condições de pagamento impostas pelos banqueiros, de fiscalização das contas nacionais e de aplicação do plano recessivo) faz do governo Collor um agente das

potências. A solução da crise ministerial comparece como necessidade para o continuismo e aprofundamento das medidas antinacionais. É nesse sentido que o diretor da Fiat festejou a reforma, dizendo que "o que importa é que o presidente Collor tenha liberdade para prosseguir seus objetivos políticos".

Certamente, os escândalos de corrupção estavam desmoralizando o governo apadrinhado pela burguesia externa. Recompôr a imagem de Collor e fortalecer a linha econômica de Marcílio acabaram por ser condição para o imperialismo manter seu apoio ao governo. Procura-se, com a mudança ministerial, reforçar a submissão antinacional do Brasil

### CRISE MINISTERIAL: ATÉ COM O PT

O presidente da República, indagado sobre as alianças a serem feitas com a reformulação ministerial, respondeu que "conversa" até com o PT. Esta declaração atesta a profunda crise de governabilidade e, ao mesmo tempo, reconhece o papel do PT para a estabilidade burguesa. A linha parlamentar de negociação encarnada por José Genoino, José Dirceu e Paulo Paim, etc tem se enquadrado nos moldes mais perfeitos da social-democracia, fundamental para o funcionamento das instituições do Estado burguês. Porém, a importância do PT não está no seu papel de agente negociador dos conflitos parlamentares e sim na influência que exerce sobre a CUT.

É a sobreposição do parlamento burguês sobre a CUT

e desta sobre o movimento operário, amordaçado pelo entendimento nacional, que agiganta a importância estratégica do PT, no quadro de crise econômica e desagregação do regime político. A oposição democrática do PT trabalha a favor das negociações palacianas e contra a luta direta das massas. A submissão da CUT e sindicatos ao Estado burguês forma, juntamente com a FS e CGT, uma frente burocrática sindical de amortecimento da luta de classes e, conseqüentemente, da bancarrota do governo corrupto. Este tem sido o resultado da estratégia do governo democrático e popular e da tática de aliança com os partidos da ordem capitalista.

## O PROGRAMA MÍNIMO DE BRIZOLA PARA SALVAR COLLOR

Aproveitando-se da reforma ministerial, o governador do Rio, Leonel Brizola, propôs a formação de um governo de unidade nacional, tendo por base um programa mínimo. O velho populista-nacionalista, transformado em pró-imperialista, como seu amigo social-democrata Andrés Pérez da Venezuela, teme pela incapacidade do governo corrupto e reacionário ser incapaz de conter a crise de governabilidade.

O problema está em como sustentar por mais dois anos o governo apoiado essencialmente nos interesses do imperialismo e seus seletos socios brasileiros, quando a decomposição das forças produtivas (recessão, falências, demissões em massa) tende a dar lugar a acirrada luta de classes.

Até quando a burocracia da CUT/FS/CGT vai conseguir manter a frente única de colaboração de classes? Este temor assalta os políticos profis-

sionais da burguesia, que sabem que a saída para um levante não será a do aumento da democracia burguesa e sim a da repressão violenta, como vem acontecendo na Venezuela. O programa mínimo é o meio de propor um trégua na luta interburguesa e abertura de um quadro de recomposição de forças para manter o controle da luta de classes pelo Estado burguês.

## PARA ONDE VÃO AS ANTI-CANDIDATURAS DAS ESQUERDAS?

Em vários municípios, o bloco de esquerda do PT, liderado pela Convergência Socialista, vem lançando as chamadas anti-candidaturas, objetivando se opor às posições da direita reacionária Articulação. De fato, a linha majoritária do PT é claramente de defesa da ordem política e econômica do capitalismo. E não há porque se espantar com a idéia do PT desejar para vice de Suplicy o burguês Semler ou Kapaz.

primeira vista as anti-candidaturas jogam um papel progressivo frente ao direitismo petista. Dizemos à primeira vista, porque poderiam de fato cumprir essa função, caso não estivessem minadas pelo oportunismo orgânico da CS. Tais tendências do bloco foram incapazes de rechaçar a condenação da ditadura do proletariado no I Congresso e se limitaram à demagogia democratizante do "Fora Collor", que serve de plataforma para as anti-candidaturas. Não formulam a derrubada do governo antinacional, antipopular e corrupto pela luta direta das massas, isto é, pela via revolucionária. A mobilização proposta é para se obter a abreviação do mandato, ao estilo da campanha das diretas. Evidentemente, se a crise do governo for mais fundo agora do que com a reformulação ministerial e as massas quebrarem o freio da burocracia sindical, pode ser que um setor da burguesia necessite do "Fora Collor",

para antecipar as eleições. Caso contrário, o "Fora Collor" do bloco só tem vigência enquanto perdurar a disputa eleitoral.

Em seu folheto de propaganda da anti-candidatura de Mauro Puerro, a CS se desculpa por ter de se contrapor à candidatura de Suplicy pelo fato deste ter se colocado na defesa de Romildo e Boni, presos por resistirem à selvageria da polícia na Vila Socialista. Esta relação diplomática, que chega ao ponto de colocar o problema a nível de "diferenças com o projeto político da

direção do PT e com a Prefeitura", reflete o cuidado dos centristas para que os pró-burgueses da Articulação não tomem como ruptura de grandes proporções, mesmo que tais correntes do bloco tenham de deixar o PT.

De fato, a CS tem diferenças táticas e não estratégicas com o reformismo. A negação da aliança com partidos burgueses, por si só, não livra os centristas do eleitoralismo, bem como toda condenação de colaboração da prefeita Erundina com o governo Pauer. O bloco, ao não caracterizar o PT como contra-revolucionário e ao tentar salvar seu passado democratizante, travestindo-o de operário, classista, etc, se mostra incapaz de romper com a política eleitoralista, que tanto pode ser direitista, quanto esquerdista.

Sem a defesa da estratégia da revolução e ditadura proletária, ou seja, do programa revolucionário, o bloco e suas anti-candidaturas logo se romperão. Se não for assim, dará lugar transitoriamente a mais uma agrupação centro-oportunista de esquerda.

A T-POR tem colocado a necessidade das bases petistas romperem com o reformismo e se lançarem à construção do Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskyista, necessário para superar a crise de direção. A via de ruptura centrista é sem futuro para os objetivos da revolução proletária.

### JORNAL 'O TRABALHO' CONTRA OU A FAVOR DAS ALIANÇAS COM PARTIDOS BURGUESES?

Em seu artigo "A batalha das alianças" (O Trabalho, nr. 322), se diz: "A resolução da Direção Nacional do PT de fevereiro propôs uma aliança nacional do partido para as eleições de 92 com PSDB, e eventualmente com o PDT e o PMDB. Em vários Estados, a aplicação dessa decisão vem marcada pela ausência de qualquer critério programático".

Perguntamos, O Trabalho está contra ou a favor da resolução? A favor: o que se critica não é o significado de classe da aliança eleitoral com os partidos dos exploradores, e sim "a ausência de qualquer caráter programático".

Para ser mais evidente

ainda, diz: "O PT deve sim avançar uma política de alianças com base numa plataforma contra Collor e o entendimento e que contemple as principais reivindicações populares no âmbito municipal". Através do programa democrático pequeno-burguês não se quebra a orientação democrático-burguesa da Articulação.

Com esta posição, O Trabalho capitula frente à Resolução pró-capitalista e contra-revolucionária da direção majoritária. É mais uma prova da falta de seriedade nas relações políticas contraídas pelas correntes centristas. Não há rigor principista nem a crítica revolucionária tem lugar.

## Carta do PSB a TPOR AOS CAMARADAS DO POR

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO em sua última reunião do Diretório Municipal, ocorrida no dia 25 de março, quando seriam discutidas e encaminhadas diversas questões relativas ao partido, aprofundou-se num ponto por nós tido como de extrema relevância.

Como auxiliar, ou garantir a continuidade do POR (PARTIDO O P E R R I O REVOLUCIONÁRIO) e sua militância estarem intervindo de modo concreto nos rumos a serem tomados pela sociedade como um todo?

Existem divergências, até profundas de concepções e encaminhamentos entre o PSB e o POR, mas temos a clareza de que o objetivo é comum, ou seja, a da tomada deste instrumento de dominação conhecida por estado pela classe operária revolucionariamente, quando o trabalho realizado por nós estabelecer condições para isso. E num segundo momento até como consequência o desaparecimento deste, pois somente existirá estado enquanto houver classes.

Sabemos que os companheiros do POR tem a clareza de que existem poucos parlamentares que ali estão com

a perspectiva de que tais instituições serão desmanteladas. Caso o POR mantenha a postura de não participar do parlamento, estarão dando espaço às correntes oportunistas que farão o discurso mas que na prática revelarão, como resultado estarão confundindo, iludindo a classe operária.

Não há como negar que o sistema impõe hoje uma série de questões meramente burocráticas, cujos objetivos atendem unicamente aos interesses da burguesia. E mesmo sabendo que futuramente poderão haver conflitos entre o PSB e o POR, este coletivo tirou como proposta impedir que novamente a burguesia atinja o seu objetivo, ou seja, de enfraquecer a classe operária alijando deste processo os companheiros do POR, garantindo um espaço no PSB.

Portanto, esta posição tirada pelo PSB, não deveria ter sido adotada somente por nós, mas sim por todos os partidos que REALMENTE tenham algum compromisso com a classe operária e o socialismo.

ASSINAM: GILSON MENEZES / W A L T E R MATUBARA/ MARIA LUIZA FONTENELLE

## RESPOSTA DA T-POR AO PSB

O diretório municipal do PSB de Diadema aprovou a deliberação surpreendente de convidar a T-POR a participar do processo eleitoral do município, lançando suas candidaturas através de sua legenda. Enquanto o PT expulsa a militância de esquerda, o PSB regional se coloca por incorporá-la sem exigir capitulação. Vemos que isso se deve a ala que se reivindica do leninismo no interior do PSB. Porém, isto não é o essencial. É o reconhecimento da importância das candidaturas da T-POR (comprovadamente revolucionárias, como atestam as posições que Manoel Boni), que ressalta em contraposição a perseguição política que sofremos por parte da administração petista, responsável inclusive pelo processo do Gazuza e Vila Socialista. Trata-se de uma manifestação conjuntural? Ou de se aproveitar a popularidade revolucionária de Boni entre os explorados?

Embora se possa argumentar positivamente a favor desta posição do PSB, estamos obrigados a negar a proposta por questões de princípios. A própria carta do PSB diz: "Existem divergências, até profundas de concepções e encaminhamentos entre o PSB e o POR, mas temos a clareza de que o objetivo é comum, ou seja, a da tomada deste instrumento de dominação conhecido por estado pela classe operária revolucionariamente, quando o trabalho realizado por nós estabelecer condições para isso".

Esta colocação está equivocada num ponto central: a de que temos objetivo comum da tomada do estado. As

divergências profundas a que se refere se concentram justamente nesta questão. O PSB é comprovadamente um partido da democracia burguesa. E o eleitoralismo é seu principal instrumento, embora reconheçamos que alguns de seus militantes tiveram conduta mais digna do que a maioria das ditas esquerdas frente ao conflito da Vila Socialista.

Sem dúvida, as candidaturas revolucionárias da T-POR seriam positivas para continuar a utilizar a tribuna do parlamento (câmara) para defender as ocupações de terra e toda forma de ação direta das massas. Mas as circunstâncias de nosso desenvolvimento nos impedem disso. O posicionamento pelo voto nulo programático é a via da defesa da independência de classe. Nenhuma das correntes de esquerda que concorrem as eleições assegura o desenvolvimento revolucionário das massas.

Somos favoráveis a fazer frentes práticas de luta com o PSB, mas não podemos lançar candidaturas conjuntas por estar em contradição com nossa análise do objetivo histórico democrático burguês do PSB mas também pela impossibilidade de neste quadro deixar claro para as massas a diferença intransponível entre nossas correntes.

Como poderão constatar, não se trata da negação ultra-esquerdista de participação no parlamento, tanto é que estamos na Câmara de Diadema, mas sim da única via que nos permite defender as posições da nossa linha de revolução e ditadura proletária.

## PREFEITURA PETISTA REPRIME GREVE DOS MUNICIPAIS

Na assembléia de 25.03, os funcionários municipais decidiram suspender o movimento grevista sem obter nenhuma contraproposta da prefeitura.

A greve durou 8 dias e reivindicava 156% de reposição salarial. A derrota do movimento deve-se ao seu isolamento, permitindo que a prefeitura a quebrasse em vários setores ao intimidar os grevistas, com ameaças de punições (como desconto dos dias parados, etc) e com o uso da repressão policial. O interessante é que antes de

ameaçar e reprimir, usou um discurso "democrático", afirmando que a greve naquele momento era um erro, dado que a prefeitura não tinha dinheiro diante da recessão. O que Erundina nunca vai dizer é que não pode dar o reajuste salarial porque as verbas estão destinadas a proteger os lucros dos capitalistas em crise.

Os assalariados além de arrojados são obrigados a pagar os tarifas nos transportes em função dos acordos com empresários, e os impostos como o IPTU,

por exemplo, para que a prefeitura possa cobrir o rombo deixado pelo pagamento da dívida externa.

Mais uma vez a "prefeitura para todos" mostrou que não passa de uma prefeitura a serviço dos burgueses, pois além de impor o arrocho para manter os compromissos com os capitalistas, utilizou a repressão do Estado burguês contra os assalariados para atingir esse objetivo.

## Salário Mínimo, fonte de miséria das massas

O salário mínimo está congelado em Cr\$ 96 mil desde janeiro, porém a inflação chegou a quase 30% ao mês, as taxas de água e luz, subiram 15% acima da inflação, as passagens de ônibus subiram cerca de 500% acima da inflação, os preços dos produtos da cesta básica chegaram às alturas. A política de congelar o salário e elevar os preços das mercadorias não é novidade. Entra governo e sai governo e a receita é sempre a mesma: arrochar salário e preservar os lucros dos patrões.

A atual política salarial, aprovada em setembro de 91, previa correções bimestrais para os que ganham um salário e reajuste quadrimestrais para os que recebem até três salários mínimos. Agora, a nova proposta governamental é corrigir o salário mínimo a cada quatro meses.

Essa é a prova concreta de que o governo investe duramente na quebra das forças produtivas. Ao impor um salário abaixo do seu valor, o governo destrói força de trabalho, porque impossibilita que os trabalhadores consumam o mínimo necessário para continuar reproduzindo a força de trabalho, gasta no processo de produção. Ou seja, impõe Cr\$ 96 mil quando o mínimo necessário para sobreviver é de Cr\$ 700 mil. Mesmo que o governo incorpore as perdas de janeiro a abril, o salário chegará por volta de Cr\$ 230 mil, o que está muito longe do mínimo necessário.

Qualquer proposta de correção de salários, que não leve em conta a defesa do salário mínimo real (Cr\$ 700 mil), com escala móvel (correção automática de acordo com a inflação), acaba se acomodando às exigências do governo e dos patrões.

A direção da CUT, o PT e os partidos "progressistas" não defendem o salário mínimo real. Ao contrário, procuram melhorar

a política salarial do governo tentando ganhar alguns centavos a mais. Não é por acaso que Paim (parlamentar petista) já tem no bolso a proposta utilizaria para barganhar com o governo algumas migalhas, ou seja, elevar o mínimo a Cr\$ 341 mil e gradativamente (até o final de 94) chegar a US\$ 350. O que significa, também, manter a miséria.

Diferentemente, lutamos para acabar com a fome e a miséria. Por isso, não há outra forma senão defender que se pague o valor real pela força de trabalho.

Esta luta pela conquista do salário mínimo real, com escala móvel deve ter caráter nacional e os métodos da ação direta devem ser colocados na perspectiva da greve geral por tempo indeterminado, com as ocupações em todos os locais de trabalho.

A burocracia sindical e os reformistas enganam os trabalhadores com o argumento de que só devemos lutar por aquilo que é possível de se conquistar imediatamente. Por isso, correm para o parlamento para negociar com o governo. Capitulam perante o governo e a burguesia entreguistas. É lei do capitalismo a manutenção do exército de reserva, ou seja, a utilização da grande massa desempregada como força para arrochar cada vez mais os salários.

O abandono da reivindicação do salário mínimo real, corrigido automaticamente de acordo com a inflação e a substituição por propostas de recuperações gradativas, reposição de parte das perdas salariais e pelos métodos de pressões parlamentares, constitui uma traição, porque permite que os patrões e o governo continuem destruindo fisicamente uma grande parcela da classe operária.

## Fora com a privatização da Previdência

Está em discussão na Câmara dos Deputados em Brasília o relatório sobre a reforma da Previdência, um projeto apresentado pelo deputado Antonio Brito do PMDB.

Segundo o relatório, o sistema previdenciário sustenta-se basicamente a partir dos descontos realizados nos salários: 47.08% de seu orçamento vem diretamente dos assalariados, num total de Cr\$ 58.1 trilhões. O Finsocial contribui com pouco mais de 20% do total: Cr\$ 25.4 trilhões e o PIS/Pasep com Cr\$ 12.2 trilhões. A contribuição sobre o lucro das empresas é de apenas Cr\$ 6 trilhões (quase um décimo do que pagam os assalariados).

Por esses números, vemos facilmente porque existem tantos grupos interessados em privatizar a Previdência: é um negócio potencialmente muito lucrativo, que envolve dezenas de trilhões de cruzeiros.

A campanha que se vem fazendo de denúncias de todo tipo de irregularidades e corrupção, que sempre existiram, mas nunca foram punidas, tem por objetivo criar uma opinião pública favorável à entrega da Previdência a grupos privados. O que vai significar o fim da saúde pública e o fim da aposentadoria por tempo de serviço entre outras coisas.

O projeto do PMDB vem preparar o terreno para a privatização: 1 - tirar do governo o poder sobre a Previdência e subordiná-

la a uma espécie de 'conselho', composto pelo governo, empresários e trabalhadores, todos escolhidos pelo Congresso; 2 - Separar o orçamento da Previdência do orçamento da Saúde e assistência médica; 3 - Diminuir gradativamente a contribuição das empresas para a Previdência; 4 - Estabelecer a idade mínima para aposentadoria (65 anos); 5 - Excluir parte da aposentadoria do servidor público, que seria complementada por um Fundo ainda não especificado.

Em outras palavras: passa o controle da Previdência aos empresários, ataca o serviço de saúde pública desvinculando-o da Previdência, favorece ainda mais as empresas, que vão pagar menos do que já estão pagando e acaba já com a aposentadoria por tempo de serviço.

Trata-se de lutar pela previdência estatizada e sob controle dos trabalhadores. Que os capitalistas paguem todos os seus custos. Que se formem os tribunais populares para acabar com a corrupção.

A defesa da Previdência estatizada implica na luta pela estatização sem indenização dos grupos privados (fim da Previdência Privada), e na defesa de um sistema único Previdenciário sob controle dos trabalhadores.

## Acordo com as montadoras: Vicentinho trai os metalúrgicos

Diante das ameaças de novas demissões pelas montadoras em crise, o Sindicato propôs às montadoras e ao governo um acordo para reduzir os preços dos veículos e aumentar a produção. Pensam Vicentinho & Cia. que assim garantirão os empregos dos metalúrgicos. No último dia 26/03, chegaram a um consenso: o governo vai reduzir em 12% os impostos e as fábricas diminuiriam em 12% sua margem de lucro; os trabalhadores, em troca de uma estabilidade de 90 dias, concordariam em adiar sua data base para julho (3 meses de atraso). Qual foi o resultado prático do acordo?

O governo deixou de arrecadar imposto das montadoras e assim assumiu o custo da redução dos preços. Os trabalhadores, depois de sofrerem a maior onda de demissões do país, terão que esperar com os salários corroídos (sem dissídio) por mais 3 meses, em troca de uma estabilidade de 3 meses que só entrou em vigor depois da 60 mil demissões do primeiro bimestre do ano. E os salários continuarão custando para as empresas menos de 2.8% do preço do carro.

A redução de 22% nos preços foi completamente sem

efeito: as revendedoras, por orientação das montadoras, já vinham concedendo descontos de 20 a 30% nos preços dos carros novos. Assim, as montadoras saíram ganhando do governo e dos assalariados.

O acordo de Vicentinho foi uma verdadeira traição: os metalúrgicos já são superexplorados. Tiveram nos últimos anos uma perda salarial que reduziu sua participação nos custos dos carros de 6 para pouco menos de 3%. As taxas de lucro das montadoras têm aumentado mês a mês para compensar a queda nas vendas. Com o acordo, Vicentinho colaborou para aumentar ainda mais a superexploração, e vai dividir os metalúrgicos do São Bernardo do Campo dos outros metalúrgicos com data base em 1o. de abril. A colaboração de classe o levou à cumplicidade total com o ataque aos salários.

É preciso varrer com essa burocracia traidora que a cada dia mostra uma prática mais pró-patronal. A construção das frações revolucionárias implica na denúncia desses traidores e na luta pela unidade de classe para lutar contra os capitalistas e o governo entreguista.

## II Congresso Metalúrgico: vitória da social-democracia

Os 350 delegados, representando 1.100.000 metalúrgicos, de 45 sindicatos do país, filiados à CUT, concentraram as discussões em três pontos centrais: 1) criação de uma confederação metalúrgica da CUT; 2) filiação à Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FITIM), pertencente aos quadros da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOLS), de orientação social-democrata; 3) posicionamento frente ao governo Collor. Nestas três questões fundamentais, prevaleceu a posição da corrente lulista, liderada pela burocracia sindical de São Bernardo (Vicentinho/ Meneguelli/ Lula).

A formação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNMCUT) ocorreu não por necessidade organizativa dos trabalhadores, mas sim devido à luta interburocrática da CUT com a FS (Força Sindical de Medeiros) em torno da arrecadação do imposto sindical. As federações e confederações correspondem a velha estrutura sindical imposta pelo Estado burguês, através da qual a casta burocrática profissionalizada com o dinheiro dos assalariados atrela os sindicatos a instituições estatais da burguesia.

A criação da CUT foi um ataque inicial a esta forma de atrelamento. Porém, a constituição da confederação metalúrgica expressa a burocratização da própria CUT.

Completa-se essa política de quebra da independência organizativa da CUT (já comprometida pelos acordos colaboracionistas de Lula, Meneguelli, Gilmar Carneiro, Vicen-

tinho, etc com o Entendimento Nacional) a filiação dos metalúrgicos à FITIM, um braço da CIOLS, que representa não o proletariado internacional, mas sim a submissão dos sindicatos à burguesia internacional. A filiação à CIOLS também se dá numa situação de disputa da CUT com a Força Sindical em torno dos ricos financiamentos da social-democracia internacional, que com seus milhões de dólares controlam as burocracias sindicais do mundo inteiro e desta forma assegura a preservação do capitalismo e dos interesses do imperialismo. Assim, através da corrupção econômica põe-se em prática uma política pró-capitalista de colaboração.

Por essa linha, o II Congresso não poderia se posicionar diante de Collor a não ser por sua sustentação. A burocracia lulista rejeitou até a posição democratizante das esquerdas (Convergência Socialista, O Trabalho, etc) de exigir a renúncia de Collor e a convocação antecipada de eleições presidenciais. Diante do ataque violento da burguesia contra a vida dos trabalhadores, através de demissões em massa e corte salarial, o II Congresso foi incapaz de tomar qualquer medidas unitária de luta.

Tudo isso demonstra que o II Congresso não passou de uma reunião da cúpula burocrática, completamente divorciada das necessidades de luta das massas assalariadas. A formação de uma fração revolucionária no seio da CUT é fundamental para a luta independente dos assalariados.

## Por uma campanha nacional contra o desemprego e a carestia

## CONTRA OS DESPEJOS: ORGANIZAR A AUTODEFESA

O exemplo de despejo das 40 famílias da Favela Nossa Senhora da Conceição, no Cordeiro, Recife, mais uma vez nos traz uma lição: a violência policial aplicada nas expulsões obriga os sem-teto a organizarem a resistência, em forma de auto-defesa, a exemplo da Vila Socialista, em São Paulo. A ocupação de terras urbanas para se construir moradias é uma necessidade incontornável, dado que uma grande camada das massas está sendo empurrada para as ruas.

Este fenômeno social vem se agravando com a crise econômica. Os capitalistas não conseguem manter minimamente seus escravos modernos (assalariados). Não só exploram mais a fundo a força de trabalho como também destroem uma parte dela com subemprego e desemprego em massa. Esta parcela ameaçada na sua sobrevivência se constitui de milhares e milhares de famílias, que se concentram nos grandes centros urbanos.

Os governos não têm

como solucionar o problema habitacional, porque a existência dos sem-teto tem sua origem na decadência e esgotamento do capitalismo. Desta forma, as ocupações tenderão a aumentar e com ela a violência do Estado. Arranca-se uma multidão dos barracos improvisados e a joga no meio da rua, como acaba de acontecer com os moradores da N. SR. da Conceição.

As autoridades se aproveitam da situação indefesa e despolitizada das massas embrutecidas. Nesta tarefa, muito auxilia a política dos cristãos pacifistas e dos politiquinhos populistas.

Em contrapartida a tal orientação capituladora, a violência reacionária dos exploradores vem esmagando os movimentos de ocupação, a ponto de se destruir até mesmo os pertences dos ocupantes. Há que se ocupar para defender a vida dos sem-teto e há que se resistir ao despejo para se defender o teto.

## BRASIL: ABISMOS REGIONAIS

O colera se alastra, tendo início nas regiões mais pobres do país. No Norte e Nordeste, se espalha a epidemia, propiciada pelas condições subhumanas de vida: completa falta de saneamento básico, de educação sanitária, de nutrição, etc. Ai é que encontramos as profundas desigualdades do território nacional, em relação ao desenvolvimento social, econômico e a mais intensa concentração de riquezas.

Não é por acaso que a epidemia dá seus primeiros sinais nos eixos mais frágeis das relações capitalistas de produção, onde se expressa o maior atraso.

Mas o cólera não só demarca as áreas mais miseráveis como também tende a alcançar as grandes metrópoles, dado o atraso de conjunto das forças produtivas nacionais e da pobreza generalizada.

Nessas condições de vida moldadas pelo imperialismo, em acordo com a torpe burguesia nacional, já existem 400 doentes só em Pernambuco, e outras centenas

na Paraíba, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte.

A solução das epidemias não está na água clorada ou aumento dos leitos hospitalares, como propõem Collor e os governos estaduais. A questão está no caráter semicolonial de nossa economia, suas originais e peculiares desigualdades regionais, que formam uma unidade desigual e combinada.

O fim do atraso (que pressupõe a erradicação das desigualdades regionais, e a eliminação do abismo existente entre a cidade e o campo) e o desenvolvimento das forças produtivas só podem ser levados a cabo pelas massas mobilizadas em torno do programa antiimperialista e de destruição do capitalismo.

A única forma de resolvermos tais problemas estruturais está na apropriação social da propriedade burguesa, através da ditadura proletária, e o consequente desenvolvimento das forças produtivas que permitam a melhoria das condições de vida e trabalho da maioria nacional oprimida.

### Vila Socialista:

## Ocupantes exigem construir suas próprias casas

Depois de sofrerem 2 desabamentos dos alojamentos em que estão abrigados por força dos temporais que têm caído, os moradores da Vila Socialista realizaram no último dia 29/3 uma manifestação reivindicando imediata solução para seu problema de moradia. O ato ocorreu justamente quando o governo entregava 20 apartamentos do conjunto habitacional que está construindo, pelos quais cada família moradora terá que pagar de 1 a 1 e meio salário mínimos mensais.

Os sem-teto da Vila Socialista foram acompanhados por famílias do Morro Samba, que estão sob a mesma perspectiva imposta pelo governo: a de terem que pagar mensalidade para terem seus apartamentos.

A imposição do governo tem por objetivo anular a conquista da terra pelo método da ocupação, obrigando os ocupantes a pagarem por suas moradias. E ainda pretende se utilizar da construção para fazer campanha eleitoral, e favorecer empresas construtoras.

Os trabalhadores já perceberam a jogada do governo e estão se mobilizando para exigir o direito de construir eles mesmos suas moradias, se livrarem da prestação que cedo ou tarde não conseguirão pagar e garantirem a conquista da terra pelo método da ocupação.

É o agravamento da crise capitalista que multiplica o número de sem-teto no país. O agravamento da recessão e desemprego, do arrocho salarial são terreno fértil para o crescimento da miséria. Diante do ataque, os trabalhadores são obrigados a responder com as ocupações. Há que defender sua luta e suas conquistas. Que os trabalhadores sem-teto de Vila Socialista construam suas próprias moradias, de acordo com suas condições e em mútuo. Que o governo dê todo o material necessário para as construções. E que se organize o apoio e a solidariedade das outras ocupações e do movimento sindical aos sem-teto da Vila Socialista e Morro do Samba!

**Abaixo a condenação de Boni, Romildo e Tonhão !  
Fim das perseguições políticas dos lutadores !**



# NÃO A CONDENAÇÃO DE TONHÃO, ROMILDO E BONI

## Participe do comitê contra as prisões políticas

### Manifesto

AOS TRABALHADORES:

A justiça burguesa está, novamente, tentando prender Boni, Romildo e Tonhão.

POR QUÊ?

Exatamente porque são atribuições do Estado burguês defender a propriedade privada burguesa, defender os capitalistas, para isto o Estado foi criado juntamente com todas suas instituições.

A tentativa burguesa de condenar os lutadores da classe operária é a resposta natural dentro da luta de classes, assim cumpre o Estado burguês seu papel que é exatamente o de dominação de uma classe sobre outra.

O que os trabalhadores devem saber é o seguinte:

1 - Que em qualquer circunstância deve se fazer a defesa dos lutadores perante a opressão e a repressão patronal, não importando as divergências políticas. Todos devem sair em defesa dos lutadores da classe oprimida contra a burguesia e seu aparato repressivo;

2 - Que os processos foram movidos na justiça burguesa pela administração do Partido dos Trabalhadores.

No caso particular do companheiro Tonhão, os trabalhadores ocupantes do Gazuza foram até a Prefeitura pedir que o prefeito retirasse a ação de despejo e, quando Tonhão falava aos ocupantes, de cima de uma mesa, o prefeito chegou e o agrediu, derrubando-o no chão. Os trabalhadores reagiram e atacaram o prefeito a bofetões e este entrou com processo na justiça burguesa, alegando que Tonhão teria lhe quebrado o nariz. A Justiça está condenando Tonhão, negando-lhe o direito de defesa, pois nenhuma testemunha foi ouvida.

No caso do companheiro Boni, o ex-presidente da

ETCD, Caxuxo, alegou na Justiça que no episódio do Gazuza, Boni teria apedrejado seu carro (oficial) e anexou como prova o depoimento de dois policiais militares; ainda Satoshi, médico do posto de saúde, entrou com outros processos, alegando que Boni o espancou e destruiu os cadastros do Gazuza, as testemunhas de acusação foram os próprios chefes da Prefeitura.

No caso da Vila Socialista, o prefeito do PT e o governo do Estado poderiam ter evitado o despejo e o confronto, mas sequer tentaram.

Após todo o massacre e as famílias ficarem desabrigadas, duas mortes, Romildo e Boni permaneceram na cadeia por 4 meses. Agora, o promotor público está pedindo a condenação dos dois, alegando que são os responsáveis pelas mortes, pelos feridos e pelo confronto.

Todos os oprimidos devem se posicionar e se juntar contra a condenação e a prisão dos companheiros. Para isso se formou um comitê contra as condenações.

· ABAIXO A REPRESSÃO POLICIAL!

· NÃO ÀS CONDENAÇÕES!

· NÃO ÀS PRISES DOS LUTADORES!

· ABAIXO OS REFORMISTAS PR-BURGUESES QUE RECORREM AO ESTADO BURGUES PARA TRATAR DOS PROBLEMAS SOCIAIS!

· VIVA A LUTA DOS OPRIMIDOS EM DEFESA DAS OCUPAÇÕES!

· EM DEFESA DA SOBREVIVÊNCIA DOS OPERÁRIOS E DE SEUS FAMILIARES!

· QUE MORRAM OS CAPITALISTAS!

COMITÊ CONTRA AS CONDENAÇÕES DE TONHÃO, ROMILDO E BONI.

## Colocar a ETCD sob o controle dos trabalhadores

A municipalização da ETCD foi o resultado da luta do período inicial de estruturação do PT, com sua chegada à administração do município. Entretanto, o principal objetivo que é o de impor o controle dos trabalhadores, como parte da luta mais geral contra o poder dos capitalistas não foi conquistada. O próprio PT se colocou por barrar a influência dos trabalhadores nos comandos da empresa. A demissão de toda antiga comissão, eleita pela assembleia, foi uma das medidas drásticas da administração petista, que nem mesmo uma greve de fome foi capaz de reverter. A intenção de José Augusto passou a ser a privatização, jogando para isso com o sucateamento da ETCD.

Neste momento, a luta pelo seu controle está recolocada. Na primeira votação do projeto de Manoel Boni, na Câmara Municipal, que confere poderes de controle coletivo sobre a ETCD, o resultado foi de 14 a favor e 3 contra, sendo do PT os 3 votos contrários. A direção petista passou a jogar todo seu peso para impedir a votação definitiva do projeto, que foi adiado por 5 semanas. Certamente, o essencial não está na luta interna à Câmara Municipal e não será uma lei municipal que conferirá reais poderes de decisão dos trabalhadores. Somente uma forte organização das bases, através das assembleias gerais e da comissão, poderia impor o controle da ETCD. A quantidade de fraudes denunciadas

dia-a-dia na gestão municipal de José Augusto em torno da ETCD são poderosas para ser eliminada pelo controle coletivo, que significa conquistar poderes reais pela assembleia e a comissão que responde por ela.

A defesa programática do controle operário

Apresentamos alguns pontos do programa através do qual a T.P.Ö.R. apoiou as candidaturas classistas para a eleição da comissão de garagem da ETCD:

a) Que todas as decisões da empresa sejam aprovadas por assembleia geral dos funcionários; b) Que todos os membros da comissão sejam eleitos em assembleia geral, com revogabilidade de mandato; c) Admissão e demissão de funcionários dependem da comissão e da aprovação da assembleia; d) Que o salários dos diretores, chefes e fiscais não ultrapasse o salário de mecânico montador; e) Que a cada 3 meses a empresa apresente balanço financeiro para a assembleia, esta poderá aprovar ou não; f) Tarifa social: que o Estado, Prefeitura e patronato subsidie as tarifas; g) Estabilidade de 3 anos aos membros da comissão; h) que os membros da comissão sejam automaticamente membros do conselho.

## Nada de atrelar os grêmios Pelos grêmios livres !

A proposta de estatutos para a formação dos grêmios estudantis que está sendo divulgada pela secretaria da educação e em muitos casos, empurrada goela abaixo dos estudantes, tem um ponto que a diferencia profundamente da "proposta-padrão" que normalmente rege os grêmios: no item "eleição" são introduzidos mecanismos que colocam nas mãos do diretor da escola a possibilidade de interferir não só na formação do grêmio como no seu funcionamento. Exemplos: as eleições são coordenadas pela direção, que dirige até a apuração; os estudantes que forem expulsos deixam imediatamente de fazer

parte do grêmio, etc. o que abre possibilidades para expulsões políticas.

Esse item (eleições) viola a independência dos grêmios e deve ser rechaçado pelos estudantes. Sem independência, os grêmios ficam sob o controle da direção da escola, e portanto indiretamente, sob controle do governo. Esse grêmio atrelado não lutará pelas reivindicações dos alunos, que se chocam com as deliberações do governo. Defender a total independência dos grêmios significa defendê-los como instrumento da luta pelas reivindicações estudantis. Os estatutos devem ser elaborados pelos estudantes e votado na

assembléia geral.

A independência só pode ser produto da independência política: há que se dotar os grêmios de programas que apontem para a necessidade de luta contra a burguesia e seu governo e, portanto, para a necessidade da unidade com o movimento operário, na perspectiva da destruição do capitalismo e construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores, única forma de se alcançar uma nova escola.

## Contra as demissões: Impor o controle operário da produção

As demissões na indústria paulista chegaram a 59.206 na primeira semana de março, superando a expectativa da FIESP, que previu 60 mil demissões até o fim de março. As tendências recessivas da economia, reforçadas pelos acordos sobre a dívida externa, implicam em um agravamento dessa situação.

A resposta dos trabalhadores é a ocupação das fábricas para impedir as demissões. Falamos da ocupação com resistência, com o controle da fábrica pelos operários. Chamar as fábricas da categoria e das outras categorias para resistirem da mesma forma e apolarem o movimento. De exigir que os sindicatos assumam essa luta.

Mas, e nos casos onde a empresa está fechando? Como fazer?

A defesa da estatização sem indenização da empresa e do controle operário é o único caminho efetivo de resistência. A co-gestão implica no sacrifício dos operários para recuperar a empresa do patrão e deve ser descartada. Também não adianta apelar para soluções de empréstimos de bancos ou de governos, que implicarão em abandonar a luta pelo controle operário.

Cabe aos sindicatos e a CUT levantar as bandeiras da "estatização sem indenização e controle operário" e de "ocupação com resistência" generalizando nacionalmente a luta contra o arrocho e o desemprego, direcionada para a greve geral por tempo indeterminado.

## MAIS AMEACAS DE DESABAMENTOS

Após 8 dias da tragédia da favela de Vila Barraginha (MG), ocorreu mais um deslizamento de terras em Salvador, na favela de Vila Lobato, causando a morte de inúmeras pessoas e deixando dezenas de feridos.

Em levantamento divulgado pelo Estado de São Paulo, dias após os acontecimentos de Barraginha, se mostrou que existem áreas de risco no país inteiro (Recife, São Paulo, Porto Velho, Porto Alegre, etc) e que estas vêm recebendo diariamente mais e mais moradores.

Por mais que a burguesia procure apontar a causa dos soterramentos ao problema geográfico e responsabilizar os sem-teto, por insistirem em morar nessas áreas de risco, o concreto é que o número de sem-moradias vem se multiplicando no país em função do arrocho e do

desemprego.

O que os capitalistas não podem explicar é que o aumento de sem-teto no país se deve à política pró-imperialista de Collor de destruição de forças produtivas e aumento da exploração. Desta forma, além dos burgueses não resolverem a crise econômica aprofundam as contradições internas do país atrasado, concentrando riquezas e pobreza.

Não é à toa que todas as reformas habitacionais propostas pelos governos estaduais e municipais são fracassadas, e quanto mais se removem os favelados das áreas de risco, outros tantos surgem para reocupá-las. Essa é a demonstração de que a burguesia é incapaz de resolver os graves problemas nacionais, cuja origem está na propriedade privada dos meios de produção.

**Professores:**

## **Romper com a política de paralisia da burocracia**

A assembleia de 20 de março da Apeoesp aprovou a linha do imobilismo da diretoria da Entidade. Ao invés de se opor à política de Fleury de conceder referências, deliberou-se por esperar o pronunciamento do governo em relação ao índice do funcionalismo. Coerentemente com essa proposta, a diretoria defendeu que o magistério aguardasse até 15 de maio para a entrega de abaixo-assinados à Secretaria da Educação.

Os professores, diante da derrota econômica das greves passadas, estão descontentes com a situação miserável dos salários, mas descrentes com o rumo do movimento. A direção nada tem feito para reverter esse quadro de desconfiança. Ao contrário, tem se apoiado no refluxo da classe para imprimir sua política de paralisia. Por outro lado, o governo se aproveita da situação para continuar implementando o arrocho e os

programas educacionais do imperialismo (Banco Mundial).

A fraca presença dos educadores na assembleia e a votação nas propostas desmobilizadoras são resultado do trabalho mutilador, que vem sendo impresso pela Articulação (corrente majoritária da Apeoesp). Se, no passado, havia grandes mobilizações por pressão da própria classe, hoje, a burocracia reforça a desconfiança dos trabalhadores, que se manifesta conjuntamente no receio de ir à luta. A Articulação vem desarmando a classe ao pregar o apolitismo no movimento, a fragmentação das lutas, o combate à democracia sindical, etc.

Este fenômeno não é um fato isolado. A disposição de luta dos trabalhadores, em geral, vem sendo bloqueada pela política de colaboração imposta pelas burocracias sindicais. A corrente Ar-

ticulação (majoritária na CUT) exerce o papel de freio à luta de classes ao trabalhar pelo entendimento nacional. Na direção da Apeoesp, essa política é a responsável pela manutenção do refluxo, das propostas inócuas, das pressões parlamentares, dos atos festivos e, da mesma forma, é responsável por se opor veementemente à ação direta (às greves, às ocupações).

A recuperação do poder de luta da classe está em rejeitar essa linha política. Cabe à vanguarda combater o imobilismo para recompor a confiança da classe em suas próprias forças, isto é, nas assembleias massivas e na disposição de confrontar com o governo. Assim, a defesa das condições de vida dos professores, do piso salarial (calculado pelo DIEESE) e do ensino gratuito implica em dar um basta à linha de conciliação de classe da diretoria da Apeoesp.

## **Movimento dos professores bolivianos**

### **Por um salário que cubra a cesta básica: Generalizar a greve indefinida do magistério**

### **Unificar a luta de todos os setores**

O magistério de La Paz se lança à greve geral por tempo indeterminado com o objetivo de arrancar um verdadeiro aumento salarial que permita preencher a cesta básica (salário mínimo vital com escala móvel). É a única resposta frente à política de fome do governo e o salto que deram os preços de todos os produtos nos últimos dias: pão, gasolina (17%), eletricidade (20%), carne, água, etc.

Os mestres disseram não às migalhas que quer dar o governo (17%) e também a miséria que pedem os dirigentes da COB, porque isso impediria a destruição a que está submetida a família boliviana pela falta de alimentos, medicamentos,

moradias, enfim de educação.

Mas nosso objetivo não é simples, para conseguir temos que partir a espinha do governo antinacional e sua política neoliberal. Para isso não existe melhor instrumento que a unidade de todos os explorados, em torno de suas reivindicações (pauta única). A unidade colocará um conflito de classe contra classe, colocará no centro da disputa o destino do poder político.

(extraído do Jornal Massas.POR boliviano-n.1279)

## Conferência Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

### Resumo do documento aprovado: Resposta ao Desafio Internacional

1. Na época de declínio do capitalismo mundial, as transnacionais impedem o desenvolvimento das forças produtivas e a burguesia empurra a humanidade à barbárie pela ausência de um partido revolucionário internacional. A tarefa imperiosa é sepultar o capitalismo, a contradição fundamental da base econômica permite colocar a efetivação da revolução proletária. É a época da revolução socialista mundial e devemos trabalhar para isso. "O partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional trotsquista, está obrigado a dirigir os explorados dentro da perspectiva da revolução proletária...da conquista do comunismo.

2. Na URSS está se produzindo um processo de restauração capitalista,

ponto culminante da obra contra-revolucionária do estalinismo. A burocracia se desintegra e trabalha a favor do imperialismo, mas a burguesia não está ainda no poder, por isso não é correto colocar a revolução social. Devemos permanecer fiéis à consigna da revolução política, luta do proletariado para recuperar o controle do aparato estatal expulsando a burocracia.

3. O castrismo se subordinou ao estalinismo e seus erros levaram ao isolamento da revolução cubana, que devemos de todas as maneiras defender frente à agressão imperialista. Essa defesa passa pelo trabalho revolucionário que busque instaurar a ditadura proletária nas diferentes latitudes.

4. A necessidade histórica da

revolução política nos países do Leste obriga à estruturação do partido revolucionário internacional. Não se trata da construção de uma internacional dos trabalhadores sem programa mas que sirva como Estado maior da revolução internacional. Há que concretizar o programa de Transição trotsquista na realidade econômica-social das diferentes países, assimilando criticamente as experiências internacionais anteriores.

5. Bolívia é cenário de extrema agudização da luta de classes e o POR se agiganta como faro da luta da nação oprimida. "O Comitê de Enlace deve prestar a devida atenção aos acontecimentos bolivianos".

## Defender o POR boliviano

Cresce na Bolívia a perseguição aos trotsquistas, pelo fato destes se apoiarem nas massas oprimidas e defenderem a revolução proletária como a única solução para o atraso do país e a miséria das massas. A burguesia se desespera frente as tendências revolucionárias de ascenso dos explorados. Na prisão, há

dois estudantes militantes do POR. Seu conhecido dirigente Guillermo Lora continua sob a ameaça de prisão devido às denúncias feitas contra a exploração e o narcotráfico.

Abaixo as perseguições aos trotsquistas!  
Pela libertação dos estudantes presos!

## Avançam as reformas capitalistas na China Pela revolução política na China

O responsável pelas reformas capitalistas na China, Deng Siao-Ping, vem impondo o programa de restauração capitalista. Para esse vendido, trata-se de "abrir as portas para o mundo". O que significa entregar a economia nacional para os rapinas imperialistas.

Para Deng, o problema está em adotar medidas capitalistas de forma abrupta ou gradativa. O exemplo do que já está ocorrendo na faixa costeira, onde empresas estão livres para competir na economia de mercado e onde o capital estrangeiro vem encontrando campo seguro para seus investimentos, tem servido para ganhar confiança de toda a burocracia.

O governo chinês (burocracia estalinista maoista), independentemente da aprovação do Parlamento das reformas capitalistas, já vem impondo-as na prática. A redução do déficit público, através dos cortes dos subsídios ao sistema estatal de produção, vem sendo efetivada. Isso tem causado a elevação dos preços de produtos básicos, como o arroz e o trigo. Da mesma forma, reabriu a Bolsa de Valores de

Shangai e permitiu que as multinacionais comprassem ações de companhias estatais.

O que se passa na China não é diferente do que ocorre na Rússia e em todo o Leste Europeu. O capitalismo em decomposição pressiona os Estados operários degenerados a abrir a economia estatal.

Ao implantar o programa de restauração capitalista como via para solucionar a aguda crise econômica, a burocracia chinesa impõe o agravamento das condições de vida das massas (inflação, desemprego, fome e miséria), como vem ocorrendo na Alemanha unificada, Polônia, Hungria, etc.

Os estalinistas chineses têm conseguido implementar a política do imperialismo à custa de grande repressão ao movimento de massa e da destruição das conquistas da revolução. Reverter essa situação implica que os trabalhadores derrubem, com o poder das armas, a burocracia traidora. A reconstrução do Estado operário é o caminho para pôr fim às reformas capitalistas.